



PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI - PI
CNPJ: 00.497.196/0001-71

Lagoa do Barro do Piauí - PI, 16 de janeiro de 2023.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Miguel da Costa Neto
Presidente da CPL – Portaria n.º 004/2023

Francival Maria de Souza
Secretária da CPL - Portaria n.º 004/2023

Darcy Ribeiro Coelho
Membro da CPL – Portaria n.º 004/2023



PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ - PI
CNPJ: 00.497.196/0001-71

objetivos (como o menor preço). No caso concreto a empresa é composta por advogado especializado em conhecimentos jurídico de gestão municipal e com larga experiência na área de gestão pública municipal (atestado de capacidade técnica), o que induz amplos conhecimentos individual da empresa na área objeto da contratação.

IV - NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DO CONTRATADO: A notória especialização da empresa para fins de contratação pela Administração Pública está delimitada na Lei de Licitações (art. 25, § 1º), objetivamente o legislador privilegiou a notória especialização decorrente de diversas fontes do saber tais como: desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento e equipe técnica. O que possibilita amplo rol documental apto a atestar/certificar a notória especialização almeja na lei. No caso sob análise vê-se que a empresa habilitada nos autos possui profissional qualificado dotado de especialização em Direito Público (notória especialização decorrente dos estudos), atestados de capacidade técnica (notória especialização decorrente experiências), ou seja, empresa e profissional, são detentores de notória especialização conforme preconizado no § 1º, do art. 25, da Lei nº 8.666/93.

V - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR: A escolha recaiu a favor da empresa JONELITO LACERDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA - CNPJ sob o nº 40.420.472/0001-18, em decorrência da confiança e do notório saber, e se disponibilizou ao início imediato dos serviços. O preço é totalmente conivente como valor praticado no mercado, conforme proposta enviada a esta Câmara Municipal, sendo do ramo pertinente; I) comprovou possuir (atestados de capacidade técnica) larga experiência na prática do mesmo objeto para outras Câmaras; (II) profissional habilitado devidamente inscritos na OAB/PI (documentos em anexo), inclusive com especialização; (III) demonstrou que o profissional possui larga experiência no exercício de suas funções no ramo de Gestão Administrativa Municipal e larga experiência profissional na área jurídica de direito público (atestados de capacidade técnica); (IV) comprovou possuir notória especialização e saber jurídico decorrente de experiência e resultados anteriores e de estudos; (V) apresentou toda a documentação da empresa (contrato social, inscrição no CNPJ) e todas as certidões (Tributária Federal, Estadual e Municipal; do FGTS).

VI - JUSTIFICATIVA DO PREÇO: Os preços praticados são de mercado, itens que demonstram, sem maiores aprofundamentos, que o valor está adequado ao praticado no mercado, notadamente considerando os profissionais habilitados com larga experiência.

O valor mensal a ser pago é de R\$: 5.100,00 (cinco mil e cem reais), totalizando um valor global de R\$: 61.200,00 (sessenta e um mil e duzentos reais), pelo período de 12 (doze) meses, conforme apresentado na proposta comercial.



PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI - PI
CNPJ: 00.497.196/0001-71

Com base nos dispositivos da Lei nº 8.666/93, evidencia-se que a hipótese de contratação configura-se como inexigibilidade, assim que os requisitos de notória especialização da empresa contratada e da singularidade dos serviços a serem prestados, bem como da incapacidade de absorção dos serviços pelo corpo técnico da municipalidade forem evidenciados.

I - Objeto: Constitui objeto deste contrato a prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica nos assuntos de interesse da Administração Pública Municipal, objetivando representar o Poder Legislativo nos processos e procedimentos judiciais e/ou administrativos vinculados à esta Câmara Municipal Medicilândia, auxiliando ou complementando, na falta de expertise técnica, os trabalhos deste Poder Legislativo, em especial:

1.1 - Realização de consultoria jurídica em direito Administrativo, representação e acompanhamento processual nas esferas judicial e administrativa com apresentação de defesas judiciais e administrativas em eventuais processos que objetivem a condenação da Câmara Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, além do patrocínio de ações que sejam de interesse da Administração Pública;

1.2 - Elaboração de pareceres jurídicos, contratos, convênios, atos administrativos e projetos de lei de iniciativa do Poder Legislativo.

1.3 - Assistência e acompanhamento em audiências e em demais compromissos que exijam a representação técnico-jurídico.

1.4 - Diligências, acompanhamento processual, apresentação de defesas e recursos perante os Tribunais de Contas, Fóruns, Tribunais estaduais e superiores, órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Governo Federal, assim como o devido acompanhamento de suas intercorrências.

1.5 - Intervenção para a solução de litígios e advocacia preventiva e repressiva nas áreas de sua especialidade.

1.6 - Providências e notificações extrajudiciais.

II - CONTRATADO: JONELITO LACERDA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 40.420.472/0001-18, com sede na Rua Francisco Ferreira de Carvalho, nº 864, na cidade de São João do Piauí - PI, estado do Piauí.

III - SINGULARIDADE DO OBJETO: A singularidade dos serviços prestados pela empresa e seu Advogado, o Dr. JONELITO LACERDA DA PAIXÃO – OAB/PI; 11.210, consiste em seu conhecimento individual, estando ligado à sua capacitação profissional, sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios



PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI - PI
CNPJ: 00.497.196/0001-71

INEXIGIBILIDADE Nº 001/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica.

ASSUNTO: JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO DIRETA, RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE E JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

Trata-se a presente de justificativa para a Contratação de Pessoa jurídica para Prestação de Serviços Técnicos Profissionais Especializados de Assessoria e Consultoria Jurídica, na área de Direito Público para a Câmara Municipal de Lagoa do Barro do Piauí - PI, com inexigibilidade, tendo em vista a notória especialização, bem como a singularidade dos serviços a serem prestados.

Nesse contexto, versa a Lei de Licitações, em seu art. 25, inciso II, sobre a inexigibilidade *“para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação”*.

Dentre os serviços técnicos especializados passíveis de licitação, consoante disposição do art. 13 da Lei nº 8.666/93, constam expressamente a realização de assessorias ou consultorias técnicas, bem como o patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

Assim, quando presente a singularidade dos serviços técnicos a serem prestados, mormente em se tratando de realização de assessoria e consultoria técnica jurídica, inegavelmente a Lei de Licitações estabelece a possibilidade de inexigibilidade. Ademais, para a configuração de hipótese de inexigibilidade para a contratação de ditos serviços singulares, imprescindível é a notória especialização da empresa a ser contratada.

Acerca da notória especialização do profissional ou da empresa a ser contratada, a Lei de Licitações, em seu art. 25, § 1º, estabelece que:

*“Considera-se de notória especialização o profissional ou **empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato”*.